

ATA DE COCHABAMBA, DE 8 DE ABRIL DE 1999

Na cidade de Cochabamba, Bolívia, em 8 de abril de 1999, às 09.30 horas, reuniuse a Comissão Mista de Cooperação das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Estados Parte do MERCOSUL, da Bolívia e do Chile, composta pelo Dr. Enrique Paixão e Dr., Oscar Muiño, Presidente e Auditor Geral da Auditoria Geral da Nação Argentina; do Ministro Homero Santos e Sr. Macleuler Costa Lima, representantes do Tribunal de Contas da União do Brasil; do Dr. Jorge Avalos Mariño e da Dra. Benita Dárdano de Kanonnikoff, representantes da Controladoria Geral da República do Paraguai; do General Guillermo Ramírez Rodríguez, Presidente do Tribunal de Contas da República Oriental do Uruguai; do Licenciado Marcelo Zalles Barriga, do Engenheiro Renan Arce e da Licenciada Silvia Alba Mercado, Controlador Geral, Subcontrolador Geral e Sucontroladora de Auditoria Externa da Controladoria Geral da República da Bolívia e do Dr. Arturo Aylwin Azócar, Controlador Geral da República do Chile e do Senhor Juan Carlos Migone, Secretário Geral da OLACEFS, como convidado especial.

Deu-se início à reunião com a exposição do representante do país anfitrião, Licenciado Marcelo Zalles, que submeteu à consideração dos presentes a modificação da agenda, por sugestão do General Guillermo Ramírez Rodríguez, Presidente do Tribunal de Contas da República do Uruguai, no sentido de tratar como primeiro tema a análise e aprovação do estatuto da Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Estados Parte do MERCOSUL, da Bolívia e do Chile, que foi aprovada.

1 - Análise e Aprovações do Estatuto da Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Estados Parte do MERCOSUL, da Bolívia e do Chile, levando em conta os comentários ao Estatuto acordado apresentado pela representação do Brasil, foram discutidos e aprovados os seguintes pontos que requeriam um pronunciamento por parte das EFS:

- O ingresso do Grupo de Coordenação na estrutura organizacional.

Analisada e discutida a referida situação, os representantes das EFS do MERCOSUL, da Bolívia e do Chile aprovaram a criação e a institucionalização do Grupo de Coordenação, que terá a seu cargo a execução dos trabalhos técnicos da Organização, recomendando-se evitar a excessiva burocracia, uma vez que os trabalhos serão executados pelo pessoal de linha das respectivas EFS.

- Sistema de tomada de decisões



As decisões da Comissão Mista serão adotadas por consenso de todos seus membros. Em caso de ausência de algum membro, será necessário obter-se sua concordância por escrito.

- A assinatura de um novo Memorando de Entendimento para a criação das EFS dos Estados Parte do MERCOSUL.

Foi determinado que não é pertinente assinar-se um novo Memorando de Entendimento, uma vez que a aprovação dos estatutos deixa sem efeito essa necessidade.

- Categorias diferentes para os membros da Organização.

Estabeleceu-se que os membros da Organização dividir-se-ão em duas categorias:

membros ativos e membros associados.

São membros ativos as Entidades Fiscalizadoras Superiores dos países signatários do Tratado para a Criação do Mercado Comum do Sul (Tratado de Assunção MERCOSUL), de 26 de março de 1991, e aqueles que estejam em vias de ingressar ao MERCOSUL de forma total ou parcial e que ratifiquem os termos do Memorando de Entendimento das EFS dos países do MERCOSUL, de 26 de julho de 1996.

Os assuntos que, por sua natureza, sejam específicos dos países signatários do Tratado de Assunção, deverão ser considerados pelas respectivas EFS dos Estados Parte do MERCOSUL.

Podem ser membros associados as Organizações Supranacionais dedicadas ao controle e à fiscalização do manejo dos recursos públicos, as Entidades Fiscalizadoras Superiores de países com experiência comunitária e os organismos internacionais de crédito.

Com as correções sugeridas, o Estatuto foi aprovado pelos Representantes dos países membros.

2 - Instalação na INTERNET de um *site* das EFS MERCOSUL

- Estado de adiantamento

Acordou-se que o representante do Chile elaborará o projeto do conteúdo de um *site* do MERCOSUL na página *web* de cada Controladoria, com informações

padrão onde se exporá dados gerais sobre a existência da organização, seus objetivos e sobre o Estatuto, que será considerado por cada EFS.

Ademais, as informações relativas a cada EFS, como parte da OLACEFS, deverá ser obtida através de consulta à página web do mencionado organismo. Fica pendente o estabelecimento do curso de ação dos trâmites para a instalação na INTERNET de um *site* para as EFS do MERCOSUL na próxima reunião da Comissão Mista de Cooperação.

3 - Auditoria Alfandegária em Matéria Alfandegária e Auditoria sobre o Circuito Operacional de Informações do MERCOSUL Devido a impedimentos à realização desse trabalho em alguns países, sugere-se que os países que não os tenham enfrentado vão avançando conjuntamente e coordenem seu trabalho.

Para fins de capitalizar as experiências obtidas pelos países que estão ejecutando as auditorias num ambiente propício, os membros do Grupo Técnico de Coordenação se reunirão em Santiago do Chile, no mês de agosto do presente exercício.

4 - Controle Financeiro da Secretaria Administrativa do MERCOSUL

Devido a impedimentos à realização desse trabalho, ao haver-se decidido quanto à contratação de uma empresa de auditoria externa para realizar a auditoria financeira da Secretaria Administrativa do MERCOSUL, sugere-se que a Comissão Mista de Cooperação dirija uma nota ao Conselho do MERCOSUL para dar-lhe conhecimento de que contam com os serviços das EFS para auditar a Secretaria Administrativa do MERCOSUL, bem como para explicar as vantagens de usar-se esses serviços. A preparação dessa nota foi atribuída ao Secretário Executivo da Comissão Mista de Cooperação.

Uma cópia dessa nota deverá ser remetida à Chancelaria de cada um dos países signatários do Tratado de Assunção de 26 de março de 1991.

5 - Auditoria do Meio Ambiente

Cada país informou sobre as atividades realizadas em matéria de meio ambiente, tendo entregue documentação pormenorizada sobre os trabalhos realizados e sobre as metodologias adotadas, tendo-se sugerido a remessa dessa documentação às unidades técnicas de cada EFS para sua análise.

Devido à importância do tema, sugere-se que o Grupo Técnico de Coordenação proponha a execução de auditorias de meio ambiente com base na informação analisada.



Ademais, no quadro do artigo 3 do Estatuto aprovado, que prevê o intercâmbio de experiências técnicas entre os membros da Organização e que se atinja a uniformidade de critérios e procedimentos, o Brasil estendeu o convite para que os técnicos dos países membros da Organização participem, na qualidade de observadores, da reunião do grupo de trabalho sobre auditoria ambiental da INTOSAI, composto das EFS do Peru, do Brasil, da Nicarágua, da Colômbia e do Chile, a realizar-se em Brasília, nos dias 5, 6 e 7 de maio do corrente ano.

6 - Ratificação do Local da Próxima Reunião

Conforme anteriormente decidido, a sede da próxima reunião será Santiago do Chile em data a ser proposta pelo país anfitrião.

7 - Assuntos variados

Delega-se aos representantes dos países membros da Organização os poderes para, em visitas à Espanha e a Portugal ou a países com experiência comunitária, realizarem as gestões pertinentes para que entrem para a Organização, com a finalidade de fortalecer a integração e de estreitar a cooperação interinstitucional.

Enrique Paixao, Ministro da Auditoria Geral da Nação Argentina

Homero Santos, Presidente do Tribunal de Contas da União, Brasil

Jorge Avalos Mariño, Controladoria Geral da República do Paraguai

Guillermo Ramírez R., Presidente do Tribunal de Contas do Uruguai

Marcelo Zalles Barriga, Controlador Geral da República da Bolívia

Arturo Aylwin Azócar, Controlador Geral da República do Chile